

Chã Grande/PE, 27 de março de 2026.

**Ofício PGM nº 046/2026**

**Ao Excelentíssimo Senhor  
Ademir Batista dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Chã Grande/PE**

**Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei nº 005/2026**

Senhor Presidente,

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, submeto à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 005, de 27 de março de 2026, que dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões no âmbito do Município de Chã Grande.

A presente proposição tem por finalidade conferir a necessária autorização legislativa para a implementação do referido Programa, criando as condições jurídicas adequadas para que o Município possa estruturar e executar projetos mediante parcerias com a iniciativa privada, inclusive por meio de concessões de serviços públicos, com segurança jurídica e observância ao interesse público.

A iniciativa busca fortalecer a capacidade de investimento do Município, viabilizar projetos estratégicos e aprimorar a prestação dos serviços públicos, mediante a adoção de soluções eficientes e sustentáveis.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**SANDRO CORRÊA DOS SANTOS**  
Prefeito

## MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 005, DE 27 DE MARÇO DE 2026.

Senhor Presidente,  
Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei nº 005/2026, que institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões no âmbito do Município de Chã Grande/PE.

A proposição tem por objetivo instituir o marco normativo municipal para a estruturação, contratação e gestão de Parcerias Público-Privadas e Concessões, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelas Leis Federais nº 8.987/1995, nº 11.079/2004, nº 11.445/2007, nº 13.019/2014 e nº 14.133/2021.

O texto consolida, em âmbito local, os parâmetros jurídicos necessários à modelagem desses ajustes, disciplinando conceitos, hipóteses de cabimento, vedações e elementos essenciais dos contratos, bem como estabelecendo requisitos mínimos de planejamento, com destaque para a exigência de estudos de viabilidade, avaliação de impacto orçamentário-financeiro e realização de consulta pública.

No tocante à execução contratual, o projeto define diretrizes relativas à repartição objetiva de riscos, à remuneração do parceiro privado, à prestação de garantias e à aferição de desempenho, assegurando a observância dos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da responsabilidade fiscal.

A proposta também prevê instrumentos de governança e suporte técnico à Administração, incluindo a possibilidade de celebração de acordos de cooperação para estruturação de projetos, a instituição de instância gestora e a utilização de verificador independente, com vistas ao fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência.

Ressalte-se que a iniciativa possui caráter estritamente autorizativo e normativo, não implicando a contratação imediata de parcerias, a qual permanecerá condicionada à demonstração de conveniência e oportunidade administrativas, bem como ao atendimento dos requisitos legais e orçamentários pertinentes.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de dotar o Município de instrumento jurídico adequado à implementação de projetos de infraestrutura e serviços públicos, razão pela qual submeto a presente matéria à apreciação dessa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

**SANDRO CORRÊA DOS SANTOS**  
Prefeito

## PROJETO DE LEI Nº 005, DE 27 DE MARÇO DE 2026.

### DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE/PE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE/PE**, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica do Município, submete à apreciação desta Colenda Câmara de Vereadores o seguinte projeto de lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões do Município de Chã Grande, com fins a regulamentar as Lei Federais nº 8.987/1995, 11.079/2004, 11.445/2007, 13.019/2014, 14.133/2021 e suas respectivas atualizações, buscando promover o desenvolvimento e fomentar a atração de investimento privado, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, com a delegação de serviços públicos mediante licitação prévia para a contratação de Parcerias Público-Privadas e Concessões.

**Art. 2º.** Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

**I** – Parceria Público-Privada (PPP): o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa ou diálogo competitivo, celebrado entre a Administração Pública e a Iniciativa Privada, podendo ser:

**a)** Concessão Patrocinada: a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**b)** Concessão Administrativa: o contrato de prestação de serviços de que trata a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

**II** – Concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

**III** – Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

**Art. 3º.** É vedada a celebração de contratos de Parcerias Público-Privadas e Concessões:

**I** – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

**II** – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

**III** – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**Art. 4º.** As Parcerias Público-Privadas e Concessões sujeitar-se-ão:

**I** – a fiscalização pelo Poder Concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

II – a publicação, previamente ao Edital de Licitação, do ato administrativo justificando a conveniência e oportunidade da contratação, caracterizando, ainda, o objeto, o prazo e o valor estimado.

## **CAPÍTULO II DA AUTORIZAÇÃO PARA ESTUDOS E PROJETOS**

**Art. 5º.** Compete ao Chefe do Poder Executivo realizar estudos e projetos de Parceria Público-Privada e Concessões de Serviços Públicos, e ainda, conforme interesse público, conveniência e oportunidade:

**I** – Celebrar Acordo de Cooperação, sem transferência de recursos, com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público com qualificação técnica e expertise comprovada para realizar investigações, levantamentos, estudos de viabilidade, modelagem licitatória e contratual de projetos de Parceria Público-Privada e Concessões, nos termos do art. 2º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei Federal nº 13.019/2014; e art. 21 da Lei 8.987/1995;

**II** – Publicar Extratos de Acordos de Cooperação e seus Aditivos no Diário Oficial do Município, em atendimento ao art. 5º, XXXIII e art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988;

**III** – Publicar Decretos que institui e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e Concessões (CGPPP);

**IV** – Publicar Portarias que nomeiam os membros minimamente técnicos para composição do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e Concessões (CGPPP).

**Art. 6º.** Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados às Parcerias Público-Privadas e à Concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital, conforme disposto pelo art. 21 da Lei 8.987/1995.

## **CAPÍTULO III DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

**Art. 7º.** Fica autorizada a concessão de serviços públicos, precedida ou não da execução de obra pública, mediante a contratação de Parceria Público-Privada:

**I** – a eficiência, operação e manutenção da Rede de Iluminação Pública;

**II** – a implantação, operação e manutenção da Rede de Telecomunicações;

**III** – a implantação, operação e manutenção de sistema de Geração de Energia Renovável para atender as demandas energéticas próprias do Município;

**IV** – a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana;

**V** – a exploração de outros serviços complementares ou acessórios, de modo a dar maior sustentabilidade financeira ao projeto, redução do impacto tarifário ou menor contraprestação governamental.

**Art. 8º.** As Parcerias Público Privadas serão desenvolvidas por meio de adequado planejamento do Poder Executivo, conforme prioridade e interesse público do Município.

**Parágrafo único.** Para a contratação de Parceria Público-Privada observar-se-ão as normas constantes na Lei Federal nº 11.079/2004 e, subsidiariamente, aplicar-se-á, a Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 9º.** Os contratos de Parcerias Público-Privada deverão obrigatoriamente estabelecer:



- I** – o prazo de vigência do contrato compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;
- II**- as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao Parceiro-Privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida e às obrigações assumidas;
- III** – a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- IV** – as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;
- V** – os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços;
- VI** – os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;
- VII** – os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro-privado;
- VIII** – a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos;
- IX** – o compartilhamento com a Administração Pública de eventuais ganhos econômicos efetivos do parceiro-privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro-privado;
- X** – a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro-privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

**Art. 10.** Os contratos oriundos de Parcerias Público-Privadas poderão prever adicionalmente:

- I** – os requisitos e condições em que o parceiro-público autorizará a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços;
- II** – a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública;
- III** – a legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como, pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores de Parceria Público-Privada.
- IV** – a contratação de Verificador Independente, sua forma de contratação, remuneração e competências.

**Art. 11.** A contraprestação da Administração Pública nos contratos de Parceria Público-Privada poderá ser feita por:

- I** – pagamento com recursos orçamentários próprios do município;
- II** – cessão de créditos não tributários do município;
- III** – outorga de direitos em face da Administração Pública;
- IV** – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;
- V** – títulos de dívida pública;
- VI** – outros meios admitidos por lei.

**Parágrafo único.** O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

**Art. 12.** A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de Parceria Público-Privada.

**Art. 13.** Antes da celebração do contrato de Concessão, patrocinada ou administrativa, o licitante vencedor deverá se constituir-se em sociedade de propósito específico, nos termos do art. 9º da Lei Federal 11.079/2004, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, nos termos do Edital.

**Art. 14.** As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de Parceria Público-Privada serão garantidas, conforme interesse público, nos termos do Art. 8º da Lei Federal 11.079 de 2004, mediante:

**I** – a vinculação de receitas;

**II** – a instituição ou a vinculação de fundos municipais;

**III** – a contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

**IV** – garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

**V** – garantia real, fidejussória e seguro;

**VI** – outros mecanismos de garantias admitidos pelo ordenamento jurídico brasileiro vigente.

**Art. 15.** Como mecanismo de pagamento e garantia de adimplemento da contraprestação em Contratos de Parceria Público-Privada, por parte do Poder Concedente à Concessionária, fica autorizada a vinculação das receitas provenientes:

**I** – da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP/CIP, quando o objeto contemplar a prestação de serviço público de iluminação pública;

**II** – do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

**Art. 16.** A contratação de Parceria Público-Privada que vincule a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP/CIP e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM fica condicionada a previsibilidade dos respectivos percentuais:

**I** – na Lei Orçamentária Anual – LOA, no ano corrente da assinatura do Contrato da Parceria Público-Privada;

**II** – no Plano Plurianual - PPA, para os anos subsequentes ao longo de toda a vigência do Contrato da Parceria Público-Privada.

#### **CAPÍTULO IV DAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Art. 17.** Fica autorizada a concessão de serviços públicos de saneamento básico, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007, que compreende um conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

**I** – abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;

**II** – esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

**Art. 18.** O contrato de concessão terá o prazo de vigência de até 35 (trinta e cinco) anos, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme disposto nesta Lei, no edital de licitação, no contrato de concessão e nos demais regulamentos da concessão.

**Parágrafo único.** Desde que manifestado o interesse pelas partes, o poder concedente, para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, poderá prorrogar o prazo da concessão, uma única vez, por prazo não superior a 35 (trinta e cinco) anos, de acordo com o procedimento e condições a serem fixadas no edital de licitação e no contrato de concessão.

**Art. 19.** Toda Concessão, precedida ou não da execução de obra pública:

**I** – será desenvolvida por meio de adequado planejamento, conforme prioridade de interesse público;

II – será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

**Art. 20.** São cláusulas essenciais do Contrato de Concessão, nos termos da Lei Federal 8.987/1995, as relativas:

- I – ao objeto, à área e ao prazo da concessão;
- II – ao modo, forma e condições de prestação do serviço;
- III – aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- IV – ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;
- V – aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;
- VI – aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;
- VII – à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;
- VIII – às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;
- IX – aos casos de extinção da concessão;
- X – aos bens reversíveis;
- XI – aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
- XII – às condições para prorrogação do contrato;
- XIII – à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;
- XIV – à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e
- XV – ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

**Art. 21.** Os contratos relativos à Concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente:

- I – estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão; e
- II – exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

**Art. 22.** Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

**Art. 23.** Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros, sob as normas de direito privado, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, respeitado o regramento do Poder Concedente definido em Contrato.

**Art. 24.** Aos casos omissos a esta Lei no que tange à Concessão plena de serviços públicos, aplicar-se-á à cada objeto a legislação pertinente e o disposto na Lei Federal nº 8.987/1995.

## **CAPÍTULO V DA LICITAÇÃO**

**Art. 25.** Compete ao Chefe do Poder Executivo nomear a Comissão de Licitação, de caráter Permanente ou Especial, para condução do certame licitatório, na modalidade concorrência, para a contratação de Parceria Público-Privada e Concessões, mediante publicação de Portaria no Diário Oficial, competindo-lhes as seguintes atribuições:

- I – Criar página oficial de Parcerias Público-Privadas e Concessões no sítio eletrônico oficial do Município como canal de informações e transparência à população;
- II – Publicar o Edital de Concorrência e seus respectivos Anexos, para contratação de Parceria Público-Privada e Concessões com a especificação do objeto;
- III – Instruir e conduzir todo o processo licitatório;
- IV – Providenciar a publicação das atas deliberativas no sítio eletrônico oficial, e as decisões mediante extrato no Diário Oficial do Município – DOM;
- V – Receber, examinar e julgar todos os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao instrumento convocatório;
- VI – Presidir a Sessão Pública de Abertura do certame, credenciar, habilitar e julgar a fase de classificação de propostas;
- VII – Realizar as diligências que entender necessárias em qualquer fase do procedimento licitatório;
- VIII – Receber recursos administrativos e sobre eles se manifestar e publicar os resultados;
- IX – Encaminhar o processo administrativo, devidamente instruído, ao Chefe do Poder Executivo, para decisão acerca da homologação e adjudicação do objeto ao vencedor da Licitação.

**Art. 26.** A Contratação de Parcerias Público-Privadas e Concessões será precedida de Licitação, na modalidade de Concorrência ou Diálogo Competitivo, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização das autoridades competentes, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que demonstre:

- I – a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de Parceria Público-Privada;
- II – a elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de Parceria Público-Privada;
- III – a declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV – estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, indicando as dotações orçamentárias, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública;
- V – a previsão orçamentária no Plano Plurianual correspondente ao exercício vigente ou o seguinte à assinatura do contrato de concessão;
- VI – expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, sempre que o objeto do contrato exigir.

**Art. 27.** O certame licitatório está condicionado à submissão da minuta de edital, de contrato e demais anexos pertinentes à modelagem licitatória e contratual, à Consulta Pública, mediante publicação por meio eletrônico, que deverá informar a justificativa para a contratação, o objeto, o prazo de duração do contrato, o seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões e demais contribuições da sociedade Civil e potenciais licitantes.

**Art. 28.** Fica facultado ao Poder Concedente a realização de Audiência Pública e *Roadshow*, cujo realização dar-se-á pelo menos 7 (sete) dias antes da data prevista para a publicação oficial do edital de licitação, especialmente, para contratação de Parceria Público-Privada, sendo obrigatória quando se tratar de Concessão de serviços públicos de saneamento básico, obedecida a legislação específica.

**Art. 29.** O instrumento convocatório conterá minuta do contrato e indicará, expressamente, a submissão da licitação às normas desta Lei e observará, podendo ainda prever:

- I – Exigência de garantia de proposta do licitante, bem como de garantia de execução por parte da concessionária e do poder concedente, observado os limites legais;
- II – Hipóteses de execução e aplicação de sanções administrativas pela administração pública;

**III** – Exigência de ressarcimento dos estudos, levantamentos e investigações em cumprimento ao art. 21 da Lei Federal 8.987/1995 vinculados ao Contrato de Concessão Plena, Patrocinada ou Administrativa;

**IV** – Exigência de contratação de instituição especializada para atuar como Verificador Independente na fiscalização direta ao longo do Contrato de Concessão Administrativa

**Art. 30.** A licitação para a contratação de Parceria Público-Privada obedecerá, estritamente, a Lei Federal nº 11.079/04, sendo aplicada, subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133/2021, e ao seguinte:

**I** – o julgamento poderá conter inversão de ordem de abertura dos envelopes;

**II** – o julgamento poderá adotar como critérios:

**a)** menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública;

**b)** melhor proposta técnica combinado com o critério da alínea “a”, de acordo com os pesos estabelecidos no edital.

**Art. 31.** A licitação para Concessão Plena de serviços públicos, precedida ou não da execução de obra pública, obedecerá, estritamente, a Lei Federal nº 8.987/1995, as demais legislações correlatas ao objeto, e subsidiariamente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações respectivas.

**Art. 32.** No julgamento será considerado um dos seguintes critérios:

**I** – o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;

**II** – a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão;

**III** – a combinação, dois a dois, dos critérios referidos nos incisos I, II e VII;

**IV** – a melhor proposta técnica, com preço fixado no edital;

**V** – a melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica

**VI** – a melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela delegação da concessão com o de melhor técnica;

**VII** – a melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas.

**Art. 33.** O edital de licitação para a concessão plena de serviços públicos observará, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria e conterà, especialmente:

**I** – o objeto, metas e o prazo da concessão;

**II** – a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;

**III** – os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;

**IV** – prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;

**V** – os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;

**VI** – as possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;

**VII** – os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;

**VIII** – os critérios de reajuste e revisão da tarifa;

**IX** – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

**X** – a indicação dos bens reversíveis;

**XI** – as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;

**XII** – a expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução do serviço ou da obra pública, ou para a instituição de servidão administrativa;

**XIII** – as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;

**XIV** – a minuta do respectivo contrato, que conterà as cláusulas essenciais, quando aplicáveis;

**XV** – nos casos de concessão precedida especialmente da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização, bem assim as garantias exigidas para essa parte específica do contrato, adequadas a cada caso e limitadas ao valor da obra.

**Art. 34.** O edital para de seleção de parceiro privada para contratação de Parceria Público-Privada, bem como da delegação de Concessão de serviços públicos, poderão prevê a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

**I** – encerrada a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope com os documentos de habilitação apenas do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

**II** – verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor;

**III** – inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos de habilitação do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

**IV** – proclamado o resultado do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

**Art. 35.** Homologado e adjudicado o objeto da licitação ao licitante vencedor, este deverá ressarcir a instituição responsável pelos levantamentos, estudos de viabilidade, modelagem licitatória, contratual e eventual assessoria contratada que subsidiou o Poder Concedente à realização do projeto, em cumprimento ao que determina o art. 21 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

**Art. 36.** Em caso de necessidade ou demonstrada insuficiência de conhecimento técnico do quadro permanente de funcionários para a estruturação e desenvolvimento das Parcerias, fica autorizado a celebração de cooperação com instituição capacitada para ofertar assessoramento integral.

## **CAPÍTULO VI DA GESTÃO ASSOCIADA**

**Art. 37.** Fica autorizada a gestão associada de serviços públicos junto a outros entes da federação, com o fim precípua de desenvolver-se mediante arranjo de Parceria Público-Privada e/ou Concessões, podendo, mediante conveniência, oportunidade, interesse público e social:

**I** – firmar convênios, acordos de cooperação e constitui-se em consórcio, para a gestão associada de serviços públicos junto à administração direta ou indireta dos entes da Federação;

**II** – desenvolver projetos de infraestrutura urbana, realizar estudos, modelagem licitatória e contratual, realizar licitação em lote em gestão associada à administração direta ou indireta dos entes da Federação, quando o projeto não se viabilizar economicamente, buscando unir-se com outros Municípios para desenvolvimento do projeto.

**Art. 38.** Fica autorizado o Município de Chã Grande a contratação de Parceria Pública-Privada e Concessões mediante gestão associada com outros entes da Federação, condicionada à autorização e justificativa do Chefe do Poder Executivo, que deverá indicar de forma específica o objeto do empreendimento e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor, devendo o consórcio público ser constituído por contrato cuja celebração dependerá de prévia subscrição de protocolo de intenções, observados a disposições da Lei Federal 11.107/2005.

## CAPÍTULO VII DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

**Art. 39.** Os Contratos de Parcerias Público-Privadas e Concessões que deleguem os serviços públicos, descritos nos artigos 7º e 17 da presente Lei, valer-se-ão dos serviços de Verificação Independente como instituto de boas práticas visando a garantia da eficiência e economicidade da concessão.

**Art. 40.** Os procedimentos de seleção e contratação, bem como os serviços a serem executados pelo verificador independente deverão constar nas cláusulas do Contrato de Concessão, que deverão estipular procedimento capaz de preservar a autonomia e equidistância do verificador independente frente ao Poder Concedente e à Concessionária

**Parágrafo único.** As cláusulas presentes no Contrato de Concessão de que tratam da seleção e contratação do verificador independente deverão, dentre outros aspectos:

**I** – estipular que o Município, na condição de Poder Concedente, irá participar, junto à Concessionária, na seleção do verificador independente mediante constituição de lista tríplice ou homologação do verificador selecionado;

**II** – estipular prazos claramente definidos;

**III** – prever todos os elementos do processo administrativo que fundamentam a atuação do Poder Concedente.

**Art. 41.** A concessionária será a responsável pela contratação e remuneração do Verificador Independente, não cabendo ao Poder Concedente firmar vínculo jurídico próprio com o verificador.

**Art. 42.** O Município, na condição de Poder Concedente, poderá estipular, na modelagem licitatória, cláusulas previamente estabelecidas que serão obrigatoriamente reproduzidos pela Concessionária no contrato que celebrará com o prestador de serviços de verificação independente, visando garantir, estritamente, a autonomia e equidistância do verificador.

§1º. As cláusulas de que tratam o *caput* poderão versar, em caráter taxativo, sobre:

**I** – participação do poder concedente nos procedimentos rescisórios, a fim de se garantir o contraditório e a ampla defesa ao verificador independente frente à concessionária.

**II** – participação do poder concedente nos procedimentos sancionatórios, a fim de se garantir o contraditório e a ampla defesa do verificador independente frente à concessionária.

**III** – acionamento do Poder Concedente pelas partes no caso de inadimplências contratuais ou descumprimento de obrigações contratuais, visando garantir o contraditório e a ampla defesa para as partes, sem prejuízo de outras vias de resolução de conflitos.

§2º. É vedado ao Poder Concedente interferir no contrato de verificação independente, a não ser nos casos taxativamente previstos no presente instrumento.

**Art. 43.** O Verificador Independente atuará por meio do desenvolvimento de estudos, levantamentos, investigações, relatórios com caráter técnico-opinativo e consultoria que visam subsidiar a fiscalização e avaliação das obrigações afetas à concessão, o desempenho dos serviços segundo indicadores previamente estabelecidos, a remuneração da concessionária, quando houver, bem como eventuais reequilíbrios econômico-financeiros.

**Parágrafo único.** É vedado, por parte do Município, na condição de Poder Concedente, a delegação da competência fiscalizatória ao Verificador Independente.

## CAPÍTULO VIII DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Art. 44.** Os contratos de Parceria Público-Privada e Concessões poderão estabelecer sanções administrativas, em face do inadimplemento das obrigações assumidas pela Concessionária e pelo

Poder Concedente, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais estabelecidas na legislação aplicável.

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 45.** Esta Lei terá aplicabilidade complementar as legislações federais específicas, não podendo contrariá-la, especialmente as Lei Federais nº 11.079/2004, 8.987/1995, 11.445/2007, 13.019/2014; 14.133/2021 e suas respectivas alterações.

**Art. 46.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de março de 2026.

**SANDRO CORRÊA DOS SANTOS**  
Prefeito



Chã Grande

20-12-1963

20-12-1983